

COMITESINOS

ATA Nº 04/02- Reunião Ordinária.

001 *Aos 13 dias do mês de junho do ano 2002, o plenário do COMITESINOS reuniu-se às*
002 *14horas, na sala do Pós I, UNISINOS – São Leopoldo/RS, para a realização da sua primeira*
003 *reunião extraordinária do ano. Conforme a convocação regimental, a pauta estabelecida*
004 *constou dos seguintes assuntos: 1) Abertura – aprovação das atas pendentes*
005 *(obrigatoriamente); 2) Relacionamento Institucional FEPAM e COMITESINOS; 3)*
006 *Programa Nacional de Despoluição de Bacias; 4) IV Encontro Nacional de Comitês de*
007 *Bacias; 5) Assuntos Gerais. Ao dar início aos trabalhos, o Presidente anunciou que a*
008 *reunião em curso significava o marco de retomada das atividades do COMITESINOS, tendo*
009 *em vista a sua paralisação temporária por conta das dificuldades financeiras enfrentadas*
010 *para a manutenção da sua estrutura administrativa, agora superadas. Observou que o*
011 *início dos trabalhos se daria pelo procedimento pendente de aprovação de atas e relacionou-*
012 *as, citando o tema de fundo contido em cada uma delas, na seguinte ordem e conteúdo: ata*
013 *07/01 – apresentação da primeira versão da proposta de enquadramento elaborada pela*
014 *FEPAM e aprovação da proposta de parceria com a EMATER ata 01//02 - apresentação*
015 *Pró-Guaíba (prioridades, plano de bacia) e discussão sobre o plano de prioridades do*
016 *COMITESINOS; ata 02/02 – Programa Nacional de Despoluição de Bacias – Compra de*
017 *Esgoto e deliberação sobre a paralisação do COMITESINOS; ata 03/02 – resultados da*
018 *Comissão Especial de Finanças e relato sobre o IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias.*
019 *Paim registrou que cada ata havia sido enviada aos representantes das entidades membro do*
020 *Comitê dentro dos prazos regimentais, junto com as respectivas convocações para as*
021 *reuniões, e que as mesmas não haviam sido colocadas em regime de apreciação e aprovação*
022 *por terem sido deixadas para a parte final dos encontros, caindo no esquecimento. Dessa*
023 *forma, todas elas estavam sendo submetidas à avaliação do plenário. Não havendo*
024 *nenhuma manifestação contrária ao procedimento adotado, as atas foram aprovadas.*
025 *Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente anunciou as presenças do Presidente e da*
026 *Diretora Técnica da FEPAM Nilvo Luiz Alves da Silva e Dolores Pineda, respectivamente e*
027 *do Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA Volney Zanardi Junior*
028 *registrando o interesse já manifestado entre as partes de fortalecer as relações institucionais*
029 *entre tais órgãos oficiais do Estado e os Comitês de Bacias. Paim considerou a necessidade*
030 *de dividir a reunião em duas partes. A primeira, onde seriam tratados os assuntos*
031 *institucionais referentes à FEPAM e a segunda, para o andamento das questões internas do*
032 *Comitê. Assim sendo, Nilvo informou que tinha conhecimento sobre o funcionamento dos*
033 *Comitês gaúchos e sobre a importância da aproximação entre os colegiados e os órgãos*
034 *gestores da política de gerenciamento dos recursos hídricos, pois ele havia sido membro do*
035 *Comitê Gravataí e acompanhava o dia-a-dia daquele Comitê. Sua intenção, ao participar*
036 *das reuniões dos Comitês, era a de poder tratar um pouco da política ambiental do estado,*
037 *suas grandes diretrizes e o que isso tinha a ver com os Comitês, chamando a atenção para*
038 *um aspecto em particular – o licenciamento. Nilvo ressaltou que o Comitê não é a instância*
039 *da emissão de licenciamentos, mas é a do gerenciamento das águas. Dada tal condição, há*
040 *a necessidade da promoção da gestão integrada. A gestão ambiental e a gestão de recursos*
041 *hídricos têm arranjos institucionais separados, com diferentes instrumentos. Como articular*
042 *instrumentos? Sobre as diretrizes do licenciamento ambiental e onde andam os Comitês*
043 *neste contexto, Nilvo considerou que a responsabilidade da gestão ambiental no país não é*

044 de nenhum órgão, em particular. Nem do Governo Federal, sozinho, nem do Governo
045 Estadual, sozinho, nem do município, sozinho. Eles, juntos, formam um sistema. Os órgãos
046 ambientais destas três esferas possuem poucos técnicos e, por conta desta situação, pouca
047 capacidade para atender as demandas da sociedade. Em relação às diretrizes, Nilvo destaca
048 dois pontos de maior apreensão. O primeiro, de não haver uma definição clara de papéis –
049 tanto no Sistema Nacional como no Estadual. Não há acordo político sobre tais papéis, por
050 exemplo, o de quem licencia o gasoduto. O segundo, sobre a implementação das resoluções
051 nacionais. Cita o exemplo das normas para destinação das embalagens vazias de
052 agrotóxicos, de pneus, de pilhas, cujos procedimentos de implementação não têm
053 coordenação. As normas são nacionais, as estratégias são nacionais, mas a implementação,
054 quem coordena? O Presidente da FEPAM comentou sobre a lógica da aplicação do
055 licenciamento no país, dizendo que, além de este ser um instrumento em crise, a ser revisto,
056 ele atua no nível da aprovação de projetos e tendem a alterar as políticas públicas. Seu foco
057 se dá, fortemente, na sua etapa prévia (fase abstrata) e há um grande descaso na etapa da
058 operação (se acompanha muito pouco a implementação e não se adotam instrumentos de
059 monitoramento e aferição). Também, há uma transferência de responsabilidade dos atores
060 (formuladores das políticas) para os órgãos de licenciamento, que não têm capacidade de
061 resolver os procedimentos de forma mais eficaz, e acabam por adotar, como solução,
062 medidas mitigadoras e compensatórias. Isso se dá pela falta de definição de
063 responsabilidades dentro do Sistema. No RS, se tenta resolver esta questão a partir da
064 construção de acordos políticos entre o estado e os municípios, dentro do Sistema Estadual
065 de Gestão Ambiental, de acordo com a Constituição. Tais acordos têm sido operados pela
066 FAMURS, através da definição de legislação específica e de resoluções que disciplinam
067 procedimentos. Nessa diretriz, o Conselho Estadual de Meio Ambiente já definiu o que é
068 impacto local, que podem ser licenciados pelos municípios. Há, para tanto, processos de
069 capacitação para os técnicos municipais. Temos, no RS, os municípios de Novo Hamburgo e
070 Porto Alegre operando licenciamentos de menor porte. A FEPAM assume os licenciamentos
071 mais importantes e mais arriscados e desloca os licenciamentos estratégicos. Para poder
072 atender e agilizar os processos mais arriscados, a FEPAM está formando uma estrutura mais
073 ampla, contratando técnicos e tem investido no estabelecimento de ajuda mútua (estado e
074 municípios). Também, tem publicizado as informações sobre processos de licenciamento no
075 site da instituição. Lá, são informados os autos de infração, licenças vigentes no estado e
076 também dados de monitoramento. Há, dessa forma, uma disponibilização de informações
077 que auxiliam o acompanhamento, pelos municípios, das licenças concedidas. Em relação
078 aos Comitês, Nilvo considera a possibilidade de deslocar o licenciamento para tais
079 colegiados como uma oportunidade de ampliar a utilização dos instrumentos de gestão.
080 Lembrou que, tão logo assumiu a presidência da FEPAM, um de seus primeiros atos foi
081 participar da audiência pública referente ao licenciamento da GERDAU, em Sapucaia do
082 Sul. Na ocasião, o Presidente do COMITESINOS foi chamado a compor a mesa principal,
083 numa demonstração do interesse de aproximar as relações entre as duas entidades e
084 estabelecer a interação necessária. Por último, Nilvo considerou a possibilidade do Sistema
085 de Gerenciamento dos Recursos Hídricos assumir as falhas do Sistema Nacional do Meio
086 Ambiente, dada a sua condição de dispor de instrumentos e procedimentos bem definidos.
087 Citou o exemplo do Comitê Cai, que levou para seu plenário toda a discussão sobre o
088 licenciamento da Termo Elétrica. O Presidente do COMITESINOS definiu a presença do
089 Presidente da FEPAM na reunião plenária do Comitê como marco simbólico de aproximação
090 entre as entidades, destacando que, informalmente, já havia toda uma comunicação entre as
091 duas direções sempre que ocorria algum evento significativo na bacia hidrográfica do rio
092 dos Sinos.. O Vice-Presidente do COMITESINOS, eng. Jorge Albrecht, representante da
093 Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Sinos no Comitê, questionou sobre o
094 processo de licenciamento da termo elétrica de Canoas, sobre o qual considerou que a

095 atuação da FEPAM foi distante do Comitê. Também, sobre a mortandade de peixes
096 registrada próximo ao município de Portão, cuja informação se tornou pública pelos meios
097 de comunicação. Nilvo respondeu que, sobre o licenciamento da Termo Elétrica, o espaço
098 legal para o envolvimento e discussão com a sociedade é, como em todos os processos de
099 licenciamento de grande impacto, a audiência pública. Neste sentido, a FEPAM havia
100 cumprido, rigorosamente, todo o ritual legal de sua competência, inclusive identificando, na
101 época, a ausência de representantes do Comitê na audiência pública específica. A Secretária
102 Executiva do COMITESINOS esclareceu que, na mesma oportunidade, havia sido feita a
103 convocação das direções dos Comitês para audiência com o Secretário Langoni. Sobre o
104 evento da mortandade de peixes, o Presidente da FEPAM informou que havia sido feito
105 contato, por telefone, com o Presidente do COMITESINOS, inclusive dando ciência de que,
106 apesar da FEPAM ter disponibilizado todos os instrumentos e meios disponíveis para
107 investigar a origem e natureza do episódio, os técnicos chegaram com dois dias de atraso em
108 relação à data da ocorrência, pois também eles tiveram conhecimento do fato pela imprensa.
109 Apesar destes contratempos, o relatório de avaliação do trecho que estava sendo elaborado
110 já apresentava alguns indicadores significativos, como o da possível incapacidade do rio
111 receber lançamentos naquele trecho, mesmo que as empresas ali localizadas estivessem
112 atendendo aos padrões de emissão fixados em lei. Essa, sim era uma avaliação importante
113 que deveria resultar numa negociação entre o município e o Comitê, pois caracterizava-se
114 claramente como conflito de uso da água e o gerenciamento da situação era da competência
115 de um Comitê, no caso, do COMITESINOS. Sobre o evento, em si, era possível afirmar que
116 se tratava de lançamento clandestino. Nilvo avançou na sua manifestação sobre os
117 procedimentos de negociação e de acordos que devem se dar no âmbito dos Comitês,
118 particularmente nos trechos mais críticos do rio. Observou que a situação atual de
119 lançamentos dos esgotos domésticos, não tratados, por exemplo, pela CORSAN, estão sendo
120 desconsiderados. O que fazer? Multas e solicitação de licenciamento, nestes casos, não são
121 eficazes. O que se precisa é de definição de políticas públicas e os Planos de Bacias são
122 fundamentais para forçar esta definição, pois eles estabelecem estratégias para os diferentes
123 setores. Arno Leandro Kayser, representante do Movimento Roessler no Comitê, retomou o
124 tema do licenciamento da Termo Elétrica de Canoas dizendo que para o COMITESINOS
125 havia a compreensão de que, em relação à compensação financeira sobre o impacto causado
126 pelo empreendimento, esta deveria se dar na própria região e que este assunto deveria ter
127 sido tratado no Comitê. Considerou, também, que há uma discussão de fundo que não está
128 sendo propiciada, que é a da comunidade poder participar de forma mais efetiva nos
129 processos de licenciamento, na fase do plano de intenções de intervenções. Talvez um dos
130 meios de ter a sociedade mais presente nos processos fosse o de ela participar da elaboração
131 de um termo de referência sobre o que o empreendedor deveria informar na audiência
132 pública. O que ocorre, hoje, é que nas audiências o empreendedor atende às exigências da
133 FEPAM que não atendem, obrigatoriamente, aos interesses da sociedade. Por último, Arno
134 registrou que na bacia Sinos há unidades de conservação instituídas e nas quais
135 poderiam/deveriam ter sido destinados os recursos da compensação financeira da Termo de
136 Canoas. Nilvo esclareceu que o que havia sido tratado até agora não eram os valores
137 referentes à compensação financeira e sim, sobre os ½% do custo do empreendimento, a
138 serem aplicados em unidades de conservação, por decisão do DEFAP. Considerou a
139 possibilidade do Comitê definir com o DRH e DEFAP diretrizes sobre a aplicação dos ½%
140 bem como sobre a priorização de unidades de conservação da região. Gisela Maria de
141 Souza, da Coordenação do Meio Ambiente do Município de Campo Bom, fez considerações
142 sobre os procedimentos que estão sendo adotados pela atual administração no sentido de
143 aperfeiçoar a atuação local e, neste cenário, observou que há uma grande preocupação com
144 a extração mineral praticada por 17 olarias instaladas dentro de áreas de banhados. Muitas
145 não estão cadastradas e não possuem licenciamento, sendo que os processos se encontram

146 na FEPAM desde 1999. Nilvo reconheceu as dificuldades da FEPAM em agilizar os
147 processos, pela falta de recursos humanos, e anunciou que o concurso feito para a
148 contratação de técnicos se devia justamente para atender três setores, em especial: o da
149 mineração, o da agricultura e o da infra-estrutura. Também, tinha sido formalizado um
150 convênio de cooperação, com delegação de competência, entre a FEPAM e o Batalhão
151 Ambiental da Brigada Militar, com um efetivo de 300 pessoas, para poder fiscalizar e
152 acompanhar os procedimentos irregulares que causavam dano ambiental. Volney Zanardi
153 Junior, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA, considerou que a
154 interlocução entre as políticas públicas e os programas priorizados pelos Comitês deve ser
155 estabelecida e que a avaliação de situações estratégicas poderá contribuir com o
156 aprimoramento nos procedimentos de interesse comum. O Plano de Bacia é o instrumento
157 apropriado para explicitar as demandas e expectativas da comunidades, fixando cenários
158 estratégicos para a aplicação das medidas compensatórias. Daniel Schaefer, representante
159 do SEMAE/SL, apresentou a questão relacionada à aprovação de projetos das cooperativas
160 habitacionais em loteamentos populares onde não há recursos financeiros para investimento
161 em tratamento de esgotos domésticos. Da mesma forma, sobre áreas ocupadas de forma
162 irregular, como o Morro do Paula, em São Leopoldo, por exemplo, onde o Ministério
163 Público orienta para a retirada dessa população. O Vice-Presidente do Comitê julgou
164 importante o esforço de inserir os Comitês nos processos de licenciamento, mas destacou
165 que o procedimento de incluí-lo como etapa do Plano de Bacia, torna cada vez mais distante
166 a possibilidade de se chegar a um acordo. Justificou sua manifestação dizendo que a
167 responsabilidade sobre a elaboração do Plano está sendo transferida para os Comitês,
168 quando esta é uma atribuição do Estado, e os Comitês já não têm mais fôlego para atender
169 as suas demandas pois vêm assumindo, ao longo do tempo, atribuições que não são suas,
170 como, por exemplo, a promoção da educação ambiental, a execução do equadramento legal
171 das águas. E, somado a isso, ainda tentam superar a situação de fragilidade financeira
172 provocada pelo não repasse dos recursos financeiros para a manutenção das estruturas
173 administrativas. Carlos Finck, representante da COMUSA/NH no Comitê, questionou sobre
174 o licenciamento da FEPAM sobre a estrada que liga Novo Hamburgo e Campo Bom. Nilvo,
175 retomado a palavra, informou que sobre o licenciamento da estrada entre NH e CB, ele não
176 sabia, mas que pesquisaria o assunto na FEPAM e repassaria a informação ao Comitê.
177 Sobre os loteamentos populares, salientou que esta é uma das áreas que está sendo reforçada
178 na FEPAM com a contratação de mais técnicos, inclusive para atender às regularizações
179 judiciais. Destacou que na esfera estadual também há a necessidade de compatibilizar as
180 políticas públicas, pois enquanto uma secretaria estimula um setor, não apresenta as
181 alternativas de solução sobre os impactos decorrentes, como exemplo, o estímulo aos
182 suinocultores. Segundo o Presidente da FEPAM, o governo tem que pensar suas estratégias
183 como um todo, incorporando também o atendimento dos quisitos ambientais em suas
184 diretrizes, onde os programas implementados tenham recursos assegurados para o objetivo
185 final, mas passando pelos procedimentos de licenciamento. Sobre as questões destacadas
186 pelo Vice-Presidente do Comitê, Nilvo destacou que o Comitê não pode e nem deve assumir o
187 caráter executivo das suas ações, mas o caráter político, que envolve negociações e acordos.
188 Sobre as considerações de Arno, foi destacado que há a intenção de promover mudanças no
189 licenciamento, mas que elas dependem também de um novo procedimento dos órgãos
190 federais, por exemplo, da ANEL, em relação aos licenciamentos do setor elétrico. Ainda,
191 que a estrutura da FEPAM está mudando e se fortalecendo para alcançar uma aproximação
192 maior com os Comitês, inclusive delimitando a sua atuação espacialmente, por regiões, a
193 exemplo do Sistema – região do Guaíba, região do Uruguai e região Litorânea. Por último,
194 Nilvo recomendou que o site da FEPAM seja visitado para que as informações disponíveis
195 sejam apropriadas pelos integrantes dos Comitês. Gilfredo Heckler, representante do
196 Sindicato das Indústrias de Calçados de Campo Bom no Comitê, que atua na área da

197 *destinação final de resíduos sólidos, considerou que há um número bastante significativo de*
198 *empreendimentos industriais que dispensariam o licenciamento anual e que este período*
199 *poderia se tornar mais elástico, segundo a natureza e a dimensão do empreendimento. Nilvo*
200 *esclareceu que os prazos são fixados por lei estadual, no Código do Meio Ambiente e que*
201 *hoje existe um grupo de trabalho que está formulando proposta sobre a ampliação de prazos*
202 *de licenças. A título de exemplo, Nilvo informou que 60 a 70% do trabalho realizado hoje*
203 *pela FEPAM é voltado à renovação de licenças. O Presidente do Comitê fez as*
204 *considerações finais sobre os assuntos tratados dizendo que o Presidente da FEPAM*
205 *reconhecia que o Sistema de Meio Ambiente não tinha espaço para a descentralização, para*
206 *a participação da sociedade, a exemplo do Sistema de Recursos Hídricos, e que a visão de*
207 *que o Comitê de Bacia é o espaço para além da água deveria ser cancelado. Ainda, que o*
208 *Plano da Bacia do Sinos cada vez mais se desenhava como o instrumento de planejamento*
209 *onde tudo se daria por acordos políticos, a não ser o tratamento de esgoto, que exige obras.*
210 *Dessa forma, o licenciamento será balizado pelo Plano de Bacia, ou seja, o Plano é a forma*
211 *mais estratégica dos Comitês “entrarem” no licenciamento. Encerradas as considerações,*
212 *Paim informou que a CPA do COMITESINOS havia se reunido, no dia 03 daquele mês, para*
213 *discutir a retomada dos trabalhos prioritários e que, durante as discussões, a conclusão*
214 *tirada era a mesma que os 67 representantes gaúchos que haviam participado do IV*
215 *Encontro Nacional de Comitês de Bacias, em Camboriú, também haviam chegado: de que os*
216 *Comitês gaúchos fazem muita coisa, mas não fazem gestão. A CPA, coerente com o que*
217 *havia sido aprovado pelo plenário em termos de prioridades, e lembrando o compromisso*
218 *assumido com a Agência Nacional de Águas – ANA, de que até 2003 estaríamos implantando*
219 *a cobrança, resolvera que, a partir de hoje, remontaríamos a agenda do enquadramento,*
220 *associando a isso a construção do Plano de Bacia do Sinos. Para que se possa desenhar um*
221 *caminho crítico para a elaboração do Plano é fundamental a instalação de um grupo*
222 *técnico, que caminhe em sintonia com o GT do Enquadramento. Segundo Paim, para a*
223 *elaboração do Plano é necessário informações sobre a bacia (já disponíveis), dar tratamento*
224 *às informações (semelhante à cartilha do enquadramento) e discutir alternativas e cenários.*
225 *Há a possibilidade da doutoranda Helena Matzenauer (orientanda do prof. Lanna/IPH) de*
226 *aplicar no Sinos o método de multicritérios para a tomada de decisões, conteúdo de sua tese.*
227 *Na próxima reunião da CPA, dia 24 de junho, será apresentada a proposta de trabalho da*
228 *Helena. Também, foi considerada a possibilidade do Sinos servir de modelo para a*
229 *experimentação do trabalho de Elisa (outra doutoranda), com modelos matemáticos. Ela*
230 *utilizou a proposta elaborada pelo IPH/Magna Engenharia (estudo de simulação), fez uma*
231 *primeira aplicação, calibrou para o Sinos e agora está na fase de definição de cenários. A*
232 *proposta é a de que este ensaio seja feito no plenário do Comitê. O Presidente julgou que o*
233 *COMITESINOS está em uma condição bastante privilegiada para definir estratégica e*
234 *politicamente o seu Plano, não entrando na parte operacional. O plenário concordou com as*
235 *considerações feitas e instituiu o GT do Plano formado por representantes do SEMAE*
236 *(Sandro), COMUSA (Neri), CORSAN (Ricardo), Indústria (ainda sem indicação), Movimento*
237 *Roessler (Arno), Sindicato dos Químicos (Geraldo), produtores rurais (Eloir), Instituição de*
238 *Ensino Superior (ainda sem indicação) e pela doutoranda Helena Matzenauer. Assim*
239 *decidido, foi também instituída a Comissão de Finanças, responsável pela avaliação da*
240 *contabilidade do Comitê, referente ao período 2000/2001. Por sugestão da Secretária*
241 *Executiva, foram indicados os mesmos integrantes da Comissão instalada no ano anterior, já*
242 *que o critério adotado na época, de compô-la pelos representantes das entidades que*
243 *contribuíam financeiramente, era adequado. Deliberados tais assuntos, Paim anunciou o 3º*
244 *assunto da pauta, solicitando que os representantes da COMUSA e do SEMAE dessem*
245 *informações sobre os projetos encaminhados pelas duas instituições à ANA. Foi informado*
246 *que os processos estavam em estudo na ANA, para a emissão de parecer, e que esta etapa era*
247 *prevista no cronograma de trabalhos elaborado pela própria Agência. Dessa forma, pouco*

248 poderia ser informado ao plenário, além de que os prazos e a complementação de
249 informações solicitadas haviam sido cumpridos e atendidos. Dando seguimento à reunião, o
250 Presidente solicitou que os integrantes do COMITESINOS que participaram do IV Encontro
251 Nacional de Comitês de Bacias, ocorrido em maio, no Balneário Camboriú/SC, fizessem
252 uma avaliação do evento. Ione Gutierrez considerou o evento, de um modo geral, muito bom,
253 com avanços conceituais e relato de experiências sobre gestão significativos, se comparado
254 ao de Fortaleza. Destacou a palestra feita por Paim, sobre Plano de Bacia, muito
255 esclarecedora, particularmente pelo interesse que hoje o assunto tem para o
256 COMITESINOS. Deu destaque à palestra proferida pela antropóloga Inês Zatz, sobre
257 representação e representatividade e considerou a ausência da ANA uma grande lacuna ao
258 processo de consolidação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Carlos Finck avaliou
259 o encontro como sendo uma experiência muito positiva, pelas informações, contatos, e
260 conhecimento sobre as experiências que estão sendo praticados por outros Comitês de outros
261 estados. Destacou o respeito e reconhecimento que o Presidente do COMITESINOS têm
262 neste cenário da gestão, mas considerou a importância de aparelhar melhor o Comitê,
263 inclusive com instrumentos para a sua promoção, a partir de um trabalho de marketing bem
264 elaborado. Paim aproveitou a manifestação de Finck para reafirmar uma observação que
265 ele já havia apresentado às direções dos Comitês gaúchos e que, na época, não tinha tido
266 crédito, de que os Comitês de outros estados iriam nos ensinar a fazer gestão. Em Camboriú,
267 esta situação ficara muito bem exemplificada. Arno, apesar de não ter participado de todo o
268 encontro, achou a discussão sobre Plano de Bacia fraca, pelo distanciamento da ANA com o
269 tema. De positivo, destacou a reunião dos Comitês gaúchos, cuja oportunidade parece ser
270 criada apenas quando dos encontros nacionais. Por último, fez referência às experiências de
271 Comitês de outros estados, especialmente sobre cobrança, onde estão sendo aplicados
272 atalhos para o alcance das deliberações dos respectivos plenários. Feitas as considerações
273 finais e não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, lavrei a
274 presente ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim.

São Leopoldo, 11 de julho de 2002.

275
276
277
278
279 *Viviane Nabinger*
280 *Secretária Executiva*

Paulo Renato Paim
Presidente

281
282
283